

Palestra de Homenagem a Ralf Dahrendorf

Promessas realizadas e desafios inesperados

A Europa Centro-Oriental Pós-comunista adere ao Ocidente
Democrático e enfrenta os seus dilemas.

Neste ensaio gostaria de analisar como é que as sociedades dos países da Europa Centro-Oriental (incluindo as suas elites intelectuais e científicas) têm percepcionado e avaliado os processos sociais nos seus próprios países nas duas últimas décadas, no contexto do que tem vindo a acontecer no Mundo Ocidental, e em especial na “antiga” União Europeia. Tentarei comparar as suas expectativas iniciais com os resultados eventuais, tanto os sucessos como os desencantamentos. Os meus principais exemplos ilustrativos referem-se à Polónia, mas suponho que estes podem ser generalizados para incluir alguns dos seus vizinhos regionais.

As percepções e avaliações populares não são reacções simples e automáticas à realidade social; são também guiadas por



POR
**Marek
Ziolkowski**
Senador Polaco

alguns valores sociais e morais, alimentadas por alguns objectivos desejados e também por teorias sociais das tendências de desenvolvimento do mundo contemporâneo. Estas teorias são (como todos sabemos, embora alguns de nós – especialmente os economistas – tenham relutância em admitir) “tanto mito quanto ciência, tanto narrativa quanto explicação” (Alexander 1995: 9). São em grande medida “construções morais” com o objectivo de mostrar às pessoas como devem viver e de lhes proporcionar significado e motivação.

Existe uma tensão interna nas concepções sociológicas contemporâneas acerca do mundo. Os cientistas sociais de hoje têm bem a noção dos perigos do etnocentrismo e incorporam as lições do relativismo mas, no entanto, ainda procuram padrões de desenvolvimento social mais alargados (até mesmo universais) e não desistem do alcance e da intenção universalizantes das suas teorias. Esta intenção universalizante é ainda mais visível no aspecto moral (ou axiológico) das suas concepções, no apoio dado aos ideais sociais e morais como a escolha, a liberdade, a tolerância, a democracia, a participação ou o multiculturalismo.

Durante vários séculos, a região da Europa Centro-Oriental foi, e ainda é, um mero reflexo e uma repetição tardia de processos que já tinham ocorrido noutros lugares. Também ao nível do discurso social, os seus valores e dilemas sobre valores foram determinados



Carlos Carreiras, José Pena do Amaral, William Hasselberger, Marek Ziolkowski

apenas em parte por problemas e experiências locais; ambos os tópicos e as soluções propostas para os debates morais da região reflectem, em grande parte, as discussões ocidentais. Mesmo quando as soluções propostas são diferentes, os problemas que estão a ser debatidos são normalmente provenientes do exterior, um fenómeno que poderia ser apelidado de “definição da agenda internacional sobre debates políticos e morais”.

Nos debates ocidentais, há muitos diagnósticos irreconciliáveis acerca do mundo contemporâneo e muitos sistemas de valores que se opõem e que são mutuamente contraditórios. Estes debates tiveram origem num contexto social e intelectual específico e abrangem elementos de autênticas disputas científicas; no entanto, é mais frequente eles manifestarem ideologias sociais diferentes, incluírem as normas, que se vão alterando, do politicamente correcto ou reflectirem modas intelectuais

efémeras. É realmente impressionante observar até que ponto os debates da Europa Centro-Oriental são determinados por estas ideias ocidentais que são diferentes e que se excluem mutuamente. A um nível de descrição científica, um apoiante da esquerda debater-se-á contra – por exemplo – Rawls ou Habermas com argumentos de Bourdieu ou de Wallerstein. A um nível axiológico, os argumentos a favor ou contra o casamento homossexual ou a eutanásia vêm normalmente directamente do ocidente.

IMPOSIÇÃO CULTURAL OU “HELENIZAÇÃO” DOS VALORES OCIDENTAIS

Há cerca de dois mil anos os romanos conquistaram uma grande parte da Europa (incluindo a Península Ibérica com a Lisboa actual), da Ásia Ocidental e do Norte de África, introduzindo

também a sua civilização: a sua língua, valores e modos de vida. A conquista foi conseguida graças à força e organização militar; os valores e modos de vida romanos foram em parte impostos e em parte aceites de boa vontade pelas populações indígenas (ou o que restava delas). A civilização e a cultura romanas propagaram-se como um conjunto; foram absorvidos tanto os elementos que inquestionavelmente tornaram a vida mais fácil, melhor e mais justa (como o direito civil e os aquedutos), como aqueles que (como as lutas de gladiadores) foram rejeitados como sendo demasiado sangrentos e cruéis por algumas pessoas mais sofisticadas (especialmente na parte leste, grega, do império) mas que eram atractivos para muitos outros que procuravam não só panem mas também circenses. Diz-se, por vezes, que entre as várias fontes antigas da Europa actual há duas camadas distintas de cultura que parecem

ter uma natureza diferente e diferentes mecanismos de difusão: ideias gregas científicas, morais e estéticas, e leis e modelos organizacionais romanos. As primeiras foram aceites mais devido ao seu valor intrínseco, os segundos mais por causa da força das legiões romanas, do estado romano e da civilização material romana. Por outras palavras, a primeira camada utilizou o poder dos argumentos e a segunda os argumentos do poder e da influência.

Independentemente de esta distinção ser ou não historicamente verdadeira, utilizarei o termo “helenização da cultura” (uma metáfora de Claudio Veliz, citada por Berger 1997) para me referir àqueles valores e modelos culturais que são mais propagados graças às suas qualidades inerentes do que à força dos seus portadores.

A distinção acima mencionada pode ser aplicada ao processo de difusão dos valores e ideias ocidentais a outras regiões do mundo actual. A questão da difusão de valores entre a Europa Ocidental e a Europa Centro-Oriental é relativamente simples, uma vez que ambas as regiões pertencem à mesma zona de civilização euro-atlântica (cf. Huntington 1996), que se baseia em grande parte nas mesmas tradições culturais e está sujeita a processos de desenvolvimento histórico semelhantes. Mesmo aqui, no entanto, há muitas diferenças na interpretação dos princípios aparentemente iguais, e as tensões são muitas. Estas tensões aumentam radicalmente em magnitude quando os valores passam de uma zona para outra, mesmo que a visão do choque civilizacional iminente seja exagerada.

A EUROPA CENTRO-ORIENTAL EM BUSCA DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO. MODERNIZAÇÃO, AS SUAS VIRTUDES E DESCONTENTAMENTOS

No espaço de duas décadas, o socialismo de estado na Europa Centro-Oriental caiu por terra e toda a região passou do estatuto de uma “província do império comunista” para a posição de uma semiperiferia do sistema económico, político e cultural do mundo capitalista. As sociedades da região já

A oposição tradicionalismo-modernismo foi consecutivamente substituída primeiro pela oposição capitalismo-socialismo e depois pela justaposição modernismo-pós-modernismo



vivem sob um “verdadeiro capitalismo” e uma “verdadeira democracia” e começam a lidar com estas realidades como sendo naturais e inevitáveis, apesar de se aperceberem das suas muitas limitações, de rejeitarem ou tentarem melhorar alguns dos seus atributos e de não gostarem de outros.

A primeira – tanto científica como popular – ideologia das mudanças foi a ideologia da transformação ou transição. No início tratava-se mais de “transição de” – concentrada em ultrapassar o legado negativo do *ancien régime*; gradualmente passou a ser mais numa “transição para”, quando se tornou óbvio que a transição não tem de ir em apenas uma direcção predeterminada. As pessoas tomaram consciência de que existe, na realidade, uma multitude de formas possíveis de democracia e verdadeiro capitalismo, e até mesmo a questão sobre se toda a região está a ir em direcção a Oeste ou se, pelo contrário, está a ir para Sul (i.e. orientando-se para a América Latina onde há capitalismo e por vezes até democracia) – não era de todo absurda.

Tem-se tornado cada vez mais claro

que o destino da Europa Centro-Oriental é determinado pelo novo contexto – o do desenvolvimento e da dinâmica, mas também da diferenciação e tensões internas do sistema de capitalismo global. Apesar de a Europa Centro-Oriental ter abraçado este sistema numa altura em que o próprio sistema se está a debater com um conjunto de novos desafios, a teoria e ideologia dominantes relativamente a estas mudanças na região tornou-se, e ainda o é inquestionavelmente, o conceito de modernização, (que também é, de certo modo, o *genus proximum* para o conceito de transformação). Além da economia, da estrutura social e da política, esta modernização também implica o nível de consciência, cultura e, especialmente, valores (cf., ex., Sztompka 1996).

Os países da Europa Centro-Oriental abraçaram a ideologia da modernização no preciso momento em que, no mundo inteiro de um modo geral e em especial no ocidente, as noções de modernidade e de modernização foram seriamente postas em causa, parcialmente reinterpretadas e parcialmente rejeitadas. Nas décadas de 1950 e 1960 a modernidade

significava progresso social e era o lado positivo “sagrado” da oposição binária tradicionalismo-modernismo. No final dos anos 60, no entanto, “modernidade e modernização passaram do lado sagrado para o lado profano do tempo histórico”. A oposição tradicionalismo-modernismo foi consecutivamente substituída primeiro pela oposição capitalismo-socialismo e depois pela justaposição modernismo-pós-modernismo (Alexander 1995: 21, 26). Com a queda do socialismo de estado em 1989 e o enfraquecimento do pós-modernismo na década de 1990, a ideologia de modernidade e de modernização voltou em parte a receber aprovação. Isso foi visível na reabilitação do mercado (uma vez que os sistemas centralizados caíram em descrédito), não apenas como uma condição de desenvolvimento económico mas também como um factor de emancipação social, sendo especialmente visível na teorização acerca da transição para e consolidação da democracia e do crescimento da sociedade civil, direitos humanos, capital social e confiança, movimento que começou uma vez mais a ser considerado uma espécie de tendência universal do “lado do sagrado”.

As sociedades da Europa Centro-Oriental são, na sua grande maioria, sociedades “imitadoras” ou “miméticas”, tentando ser bem sucedidas na “modernização imitativa” e a recuperar o seu atraso em relação às sociedades “liderantes”. O processo de imitação envolve vários mecanismos. É em parte resultado da adaptação necessária à mudança objectiva e inevitável na posição da região no mundo, em parte devido à difusão cultural, sobretudo através dos meios de comunicação de massa; pode também resultar do esforço deliberado para estabelecer novas instituições e novos hábitos ou da impressão inconsciente de novos padrões.

O modelo que está a ser imitado é, no entanto, complexo, não é inequívoco sendo por vezes até internamente contraditório. Existem pelo menos três esferas de diferenças dentro do capitalismo.

Primeiro, existem diferenças entre modelos mais liberais (ex. América) e mais social-democratas (ex. modelos europeu, sueco ou do “Reno”)

Segundo, como alguns escritores já mencionaram, toda a região, após ter deixado o império comunista, está ago-

ra a regressar ao seu estatuto prévio no sistema mundial, que sempre teve desde as origens do capitalismo mundial no século XVI. Mesmo que consideremos as opiniões dos defensores da teoria de dependência como sendo demasiado extremas, é no entanto óbvio que em muitos domínios os recém-chegados da Europa Centro-Oriental têm de adoptar não aquelas soluções sonhadas que foram adoptadas pelos países centrais, mas sim aquelas que são adequadas a uma semi-



Com a queda do socialismo de estado em 1989 e o enfraquecimento do pós-modernismo na década de 1990, a ideologia de modernidade e de modernização voltou em parte a receber aprovação

periferia relativamente atrasada.

Terceiro, as sociedades pós-comunistas tentam imitar e são simultaneamente influenciadas pelos modelos de instituições, formas de comportamento e modelos culturais que pertencem a fases distintas de desenvolvimento do capitalismo que no mundo ocidental emergiram gradualmente numa ordem cronológica mas que até certo ponto funcionam ainda hoje. Existem pelo menos três dessas fases que podem ser apelidadas (com base – de forma um tanto eclética – nos diferentes conceitos): (1) “primeira modernidade”, (2) “modernidade média” e (3) a fase mais recente e mais incoerente, interpretada como “modernidade avançada”, “neo-modernidade”, ou pós-modernidade” (cf. ex. Giddens 1991, Alexander 1995: 32, Inglehart 1997: 69-81).

A primeira fase, a “primeira modernidade”, representa a ideologia do Iluminismo, da razão, da racionalização, da produção, do crescimento económico e trabalho individual árduo, espírito da poupança, frugalidade e autodomínio. A segunda fase, a “modernidade média”, corresponde à sociedade pós-industrial, dos serviços, ao crescimento de organizações burocráticas, monopólios e empresas multinacionais e está ligada à ideologia de maior prosperidade, mais tempo de lazer, e consumo (muitas vezes conspícuo). As aspirações e modelos de consumo, (visto que o efeito de demonstração tem mais força), são mais facilmente imitados do que o espírito de produção.

A terceira fase, a mais recente, é a mais complexa e a que está mais dilacerada pelas diferentes tendências e contradições internas. Por um lado, há um maior aumento do papel do consumo, que está a ceder cada vez mais aos caprichos fugazes e a distanciar-se cada vez mais das necessidades básicas. Tal como os produtores estão a proporcionar bens de consumo em superabundância, também os meios de comunicação social estão a produzir uma quantidade enorme de informação, influenciando os seus consumidores pela sedução e pela “internalização via prazer”. Por outro lado, está a aparecer uma tendência oposta: uma vez que as necessidades materiais já foram satisfeitas, uma orientação pós-materialista está a evidenciar-se, seguida de uma maior aceitação de valores e formas de comportamento pluralistas. O mais crucial nesta fase de desenvolvimento da sociedade ocidental parece ser a ascensão cada vez maior do individualismo; os indivíduos têm uma maior liberdade de escolha em praticamente todos os domínios da vida.

A actual visão de modernidade é muito diferente da visão optimista unidimensional dos anos 50. Agora temos consciência de que a modernidade, por um lado, pode conter elementos liberais e emancipatórios, e por outro burocráticos e repressivos, que cria diferenças e desigualdades, que o mundo actual se movimenta como um peso pesado, que está cheio de riscos. O conceito de crescimento económico foi substituído pela ideia de desenvolvimento sustentável. O pós-modernismo foi uma das respostas

ao declínio de expectativas excessivamente optimistas. Semeou as sementes da dúvida, deu ênfase ao subjectivismo, à individualidade, e às diferenças entre culturas. Muitas das suas ideias tornaram-se populares, especialmente em alguns “enclaves intelectuais” da Europa Centro-Oriental. No entanto, de um modo geral, o pós-modernismo, especialmente em algumas das suas versões, parece ser demasiado fatalista, crítico e resignado; uma vez que contém alguns elementos de “um enquadramento narrativo deflacionário” (Alexander 1995: 26). Assim, dificilmente pode ser concebido como uma ideologia mobilizadora de desenvolvimento.

Não obstante todas as reservas, uma versão da ideologia de modernização mais crítica, mais reflexiva e mais “humana” mantém o seu potencial de enquadramento narrativo para a região da Europa Centro-Oriental. É uma visão cheia de imagens e, apesar de algumas serem assustadoras, outras ainda brilham com promessa. Estas últimas imagens foram recentemente reforçadas primeiro por esperanças e depois pelos sucessos tangíveis da “modernização por adesão” quando toda a região, com grande apoio popular, aderiu à União Europeia. A ideologia da modernização está intimamente ligada à propensão de “comparação-ascendente-vista-como-legítima”. A modernização pode ser um mito que não é universal, de todos os seres humanos; no entanto, na Europa Centro-Oriental ainda se mantém com um mito um tanto egoísta, específico e regional, cujas principais suposições tácitas parecem ser as seguintes. Talvez seja verdade que os actuais processos históricos não tragam ganhos iguais a todas as pessoas do mundo, talvez até seja verdade que há algumas pessoas que perdem nesse jogo; mas podemos estar do lado vencedor, e merecê-lo. Aderimos ao clube privilegiado, estaremos mais seguros e mais bem defendidos na “Fortaleza Europeia”, mesmo que continuemos a ser os membros relativamente mais pobres do clube”.

TRÊS DIMENSÕES DE VALORES

O sistema de valores das sociedades da Europa Centro-Oriental é determinado pela interacção entre a sua cultura tradicional, o seu património comunista, e

as camadas de valores ocidentais acima mencionadas (cf. Schopflin 1993, Sztompka 1996). Neste momento gostaria de debater alguns dilemas axiológicos seleccionados que resultam desta interacção.

Permitam-me que distinga primeiro três dimensões de valores gerais e independentes, relativas a três aspectos diferentes da ordem social: política, económica e cultural. A dimensão política coloca a democracia em oposição às diferentes formas de autoritarismo, e os seus polos são liberdade e emancipação política versus totalitarismo político. A dimensão económica coloca o mercado livre em oposição ao intervencionismo do estado e os seus polos são liberdade económica versus igualdade económica. A dimensão cultural coloca os valores autoritários em oposição a valores liberais e os seus polos são a ordem (baseada na autoridade ou na tradição) versus liberdade cultural definida por pluralismo e tolerância pelos estilos de vida diferentes (cf. Janda, Goldman 1989, Kitschelt 1992, Fuchs, Klingemann 2000).

Um dos valores mais importantes nas sociedades ocidentais contemporâneas é o aumento da possibilidade de escolha individual. Este aumento é, em primeiro lugar, a descrição de uma verdadeira tendência, mas também se transformou num ideal normativo e num instrumento para comparar (e avaliar) outras sociedades, uma espécie de prova dos nove do desenvolvimento social (e por vezes até do progresso social). Este aumento da possibilidade de escolha refere-se a todas as dimensões de ordem social acima mencionadas (cf. Wetzels, Klingemann, Inglehart 2001). Na dimensão política, o desenvolvimento da democracia liberal elimina limitações externas à escolha individual, permitindo assim aos homens e mulheres alcançarem uma “libertação de” (a liberdade negativa). Na dimensão económica, o crescimento económico assegura o crescimento de recursos individuais e uma melhor possibilidade de gastar o dinheiro em alvos auto seleccionados. Finalmente, na dimensão cultural, a mudança consiste na criação e promoção de estilos de vida, necessidades, desejos e aspirações diferentes, passando – para utilizar as categorias de R. Merton (1957: 133) – de prescrição e proscricção para preferência e permissão. Esta ênfase nos direitos individuais e na escolha individual, tratadas como uma fundação de

uma sociedade aberta, é uma característica distintiva dos valores ocidentais, especialmente em oposição aos ditos valores asiáticos, que têm tendência para subordinar os direitos do indivíduo aos da comunidade. Os valores da Europa Centro-Oriental, apesar de se encontrarem mais perto do mundo ocidental, parecem posicionar-se algures entre os dois.

Permitam-me agora que discuta os valores dos países da Europa Centro-Oriental, de acordo com estas três dimensões.

1. Valores políticos

Os valores relacionados com a dimensão política são decididamente menos controversos. Por um lado, os conceitos de direitos político e civil, liberdades liberais de todos os indivíduos e, sobretudo, a democracia, foram aceites como ideais gerais óbvios, não apenas no mundo ocidental e na Europa Centro-Oriental mas também em muitas outras regiões do mundo, mesmo que por vezes não seja mais do que mera teoria. Por outro lado, a verdadeira compreensão destes valores, para já não falar da sua implementação, é uma questão muito mais complexa.

Estes valores políticos constituíram o núcleo das exigências dos movimentos da oposição e dos dissidentes em muitos países da região, praticamente durante todo o período do regime comunista. A mensagem da oposição democrática era, no entanto, uma mistura de reivindicações bem fundamentadas com expectativas demasiado idealistas. De acordo com J. Rupnik (2007) podemos descrever quatro ilusões básicas inerentes à mensagem dos dissidentes (incluindo Solidariedade na Polónia). Estas ilusões eram: (1) que a “verdadeira democracia” pode ser baseada em princípios éticos, (2) que a sociedade civil pode exercer poder, (3) que as questões económicas podem ser postas “entre parênteses” e (4) que os intelectuais podem desempenhar um papel social e político dominante. A mensagem dos dissidentes também assumiu uma comunhão de crenças e uma distinção nítida entre “Nós” e os “Outros”.

Apesar de todas estas ilusões sem fundamento, a transição sistémica na Europa Centro-Oriental começou por mudanças políticas institucionais que podiam ser rapidamente implementadas



Scott Hartmann,
Marek Ziolkowski, Jaime Gama

e eram, de certo modo, uma condição necessária para quaisquer outras mudanças. Foi precisamente na esfera política que o *ancien régime* foi mais rápida e completamente ultrapassado. Há debates sobre até que ponto a democracia ocidental é praticamente adequada para todas as regiões do mundo, mas de um modo geral as ondas de democratização (cf. Huntington 1993), transição para, e consolidação da, democracia são vistas como uma tendência universal positiva do “lado sagrado” do tempo histórico. A democracia, como convém a uma ideia que teve origem na Grécia, tornou-se – pelo menos em ambas as partes da Europa – um valor “helenizado”. [...]

2. Valores económicos

Todos os movimentos dissidentes e da oposição, incluindo Solidariedade na Polónia, propuseram inicialmente soluções económicas que eram bastante vagas, ingénuas, por vezes inconsistentes e até contraditórias. O paradoxo polaco consistia no facto de que, enquanto em 1980

e 1981 as pessoas queriam democracia, depois da mudança de sistema em 1989 encontraram-se no capitalismo. Além disso, tratava-se de um movimento social baseado num sindicato que eventualmente ajudou a construir o capitalismo de mercado liberal, ao proporcionar um enquadramento político para as reformas económicas radicais nos primeiros anos cruciais de transformações.

Muito naturalmente, durante a “lua-de-mel da transformação” houve uma erupção de entusiasmo, optimismo e esperança. No entanto, em breve a vida em todos os países pós-comunistas foi dominada por preocupações económicas. Isso parece resultar de uma combinação de dois factores. (1) É uma transição tardia de valores pré-materialistas para valores materialistas, ligada à (re)introdução da economia de mercado com as suas ideias de trabalhar muito para ficar rico, da universalização do papel do dinheiro, de uma maior oportunidade de gratificação pessoal mas também de uma maior responsabilidade individual. (2) Acima de tudo, é o resultado de algumas consequências

sociais dolorosas de uma transformação económica normalmente bem sucedida. Não só houve um problema de uma descida temporária de nível de vida, mas uma vez que toda a economia teve de ser reestruturada, a posição social de grandes segmentos da sociedade estava em perigo. Isto afectou sobretudo numerosos grupos da gigantesca indústria pesada das empresas socialistas e muitos camponeses, mas também a intelligentsia criativa; apesar de se regozijar com a liberdade de expressão recentemente adquirida, tinha de aprender a adaptar-se ao mercado e a vender os seus produtos ao público empobrecido.

O desenvolvimento económico da região não foi linear: após o decréscimo inicial veio um rápido crescimento económico, especialmente após a adesão à União Europeia, sendo seguido recentemente por outro abrandamento provocado pela crise financeira mundial. Contudo, no geral, o desenvolvimento económico na maioria dos países teve um grande sucesso. Na Polónia, o rendimento médio mais do que duplicou nos últimos vinte anos, o que pode ser

considerado o período de maior sucesso da história nacional desde pelo menos meados do século XVII. No entanto, este crescimento também tem um lado negativo – maior desemprego e uma maior diferenciação de rendimento, e a relativa pauperização de uma grande parte da sociedade.

Tal combinação causou uma polarização dos supostos ideais da ordem económica, numa dimensão Direita Económica – Esquerda Económica. Apareceu uma maior aceitação de diferenciação salarial baseada na meritocracia, mas como reacção a um aumento das diferenças económicas reais cresceu também a exigência de maior intervençãoismo do estado. Deve sublinhar-se que – apesar do facto de, na esfera económica, a região ter geralmente rejeitado o comunismo e aceitado o “verdadeiro capitalismo” – a propriedade privada, o mercado e a concorrência económica livre são vistos não como valores *per se* mas apenas como instrumentos para atingir a prosperidade e a abundância, aceitáveis apenas condicionalmente, desde que proporcionem tais benefícios (cf. Sztompka 1992: 17). Além disso, uma grande maioria da população preferiu claramente uma variedade de capitalismo social-democrata em vez de uma liberal, e mesmo a ideia da “terceira via” teve inicialmente alguns apoiantes. O desencanto com os resultados económicos da transformação exprimiou-se na “nostalgia pós-comunista” e especialmente nos resultados de eleições consecutivas em todos os países da região: uma elevada taxa de abstenção, rejeição das forças de reforma em exercício, e um enorme apoio aos partidos políticos pós-comunistas.

Existem muitas formas de preocupações materialistas. A primeira – a mais difundida – consiste na defesa da própria posição social, nível de vida e segurança social, que se encontram ameaçados; estes são, inquestionavelmente, “valores de sobrevivência”. A segunda, que é característica apenas para uma pequena parte da sociedade, consiste em ambicionar à mobilidade ascensional e ao sucesso financeiro – um padrão semelhante ao Credo Americano de Merton (1957). Apesar de no geral ser benéfico e positivo, também pode assumir alguns aspectos implacavelmente instrumentais, represen-

Não existe uma única visão ideal da ordem económica que tenha alcançado um estatuto de um valor “helenizado”



| Jaime Gama |

tando uma variante de “Darwinismo económico”, lutando pela eficiência a todo o custo, ao utilizar todos os meios possíveis para que cada um atinja os seus objectivos económicos. A terceira forma consiste na orientação para o consumo. A abundância e superabundância de bens recentemente encontrada, fortalecida pelo impacto esmagador dos meios de comunicação americanizados que difundem novos padrões de consumo, criaram novas necessidades e novos desejos, novos estilos de vida e novos pontos de referência comparativa na escala de prestígio social. Mesmo aos grupos mais pobres se oferece continuamente substitutos baratos de bens de consumo que, de repente, são considerados necessários. Para os grupos mais afluentes a satisfação de desejos sempre novos e conspicuos – não acessíveis ao resto da sociedade – é uma questão de prestígio social e prova de pertença à nova elite financeira. [...]

Em conclusão, não existe, para além dos princípios mais fundamentais, uma única visão da ordem económica que possa ser considerada um ideal universal ou mesmo uma panaceia universal para os actuais problemas económicos de todo o mundo e das suas diferentes partes (centro, semiperiferia e periferia). Por outras palavras, não existe uma única visão ideal da ordem eco-

nómica que tenha alcançado (ou que vá provavelmente alcançar num futuro próximo) um estatuto de um valor “helenizado”.

3. Valores culturais

Nas sociedades contemporâneas ocidentais, na teoria social ocidental e na ideologia social ocidental dá-se mais ênfase à mudança na sua dimensão cultural. Esta mudança é descrita e avaliada de muitas maneiras e os seus aspectos negativos também são reconhecidos. De acordo com Flanagan, existe nas sociedades ocidentais uma substituição dos valores inibidores e autoritários por valores libertários, substituição essa que vai na direcção de constrangimentos sociais e morais mais fracos e envolve quatro sub-dimensões: “(1) da austeridade para a auto-indulgência; (2) da piedade e autodisciplina para o secularismo e a permissividade; (3) da conformidade para a independência; e (4) da devoção à autoridade para o cinismo e a afirmação pessoal” (Flanagan: 1982:408). Esta mudança para uma maior escolha cultural, apesar de não ser apoiada por todos os fragmentos da população e todos os intelectuais, é bem-vinda por uma maioria clara do público em geral, e particularmente defendida por dois grupos intelectuais que, noutros aspectos, têm sido adver-

sários firmes – os apoiantes liberais do capitalismo de mercado e os seus críticos radicais, desiludidos com queda da utopia socialista e que buscam o novo lado “sagrado” do tempo histórico.

Nas sociedades da Europa Centro-Oriental o quadro é muito mais vago. Em primeiro lugar, as verdadeiras tendências na região não são tão vincadas e em alguns aspectos vão mais uma vez contra a maré. Em segundo lugar, as atitudes das sociedades da Europa Centro-Oriental e dos seus intelectuais relativamente a esta mudança cultural, vista como uma verdadeira tendência nas sociedades ocidentais e como um ideal propagado de desenvolvimento social, são bastante complexas e inequívocas.

Os valores da cultura libertária são expressos pelos representantes dos vários movimentos e grupos sociais, empenhados na defesa da igualdade sexual, da liberdade para as “minorias morais” e novos estilos de vida, das questões ambientais, do vegetarianismo, da não-violência contra os animais, dos direitos iguais para as minorias étnicas, linguísticas e religiosas. Estes grupos, no entanto, são ainda relativamente pequenos e frequentemente geracionais (envolvendo sobretudo grupos jovens). Quando atingem uma escala maior, baseiam-se normalmente numa mobilização transitória, não sendo por isso uma actividade disciplinada de longo termo. Por esse motivo, o libertarismo cultural na Europa Centro-Oriental está, num duplo sentido, ainda “baseado num enclave”: estatisticamente diz respeito a um número limitado de pessoas (apesar de algumas delas serem socialmente visíveis e culturalmente influentes), e está normalmente ligado apenas a algumas actividades dos apoiantes desses valores, mas não necessariamente às de importância vital, tendo apenas um impacto limitado nas suas actividades básicas do dia-a-dia e – até agora – no seu comportamento político. Num sentido estatístico, para além do reconhecimento crescente de vizinhos étnicos “exteriores” e grupos minoritários étnicos “interiores”, não há praticamente nenhuma mudança de valores inibidores para valores libertários; pelo contrário – como reacção às crescentes ameaças objectivas e sobretudo à taxa de criminalidade, algumas

opiniões tornaram-se ainda mais autoritárias (como o apoio cada vez maior à pena de morte, ou à opinião de que “os tribunais não lidam com os criminosos de forma suficientemente dura”) (cf. Ziolkowski 1999). De um modo geral, na dimensão cultural a orientação de valores nas sociedades pós-comunistas na Europa Centro-Oriental é, por isso, caracterizada pelo domínio contínuo de valores tradicionais e inibidores em detrimento de valores libertários. [...]

O que tenho vindo a tentar dizer até agora não é, na realidade, nada de novo. Parece que todos acreditamos que o desenvolvimento humano depende do

equilíbrio adequado de três princípios bem conhecidos: *liberté, égalité e fraternité* (hoje compreendida mais como *solidarité* – solidariedade que está ligada a *communauté* – comunidade). Este equilíbrio, enquanto tal, é um valor “helenizado”. No mundo ocidental contemporâneo *liberté* domina claramente e é por vezes vista como a panaceia universal para todos os problemas sociais. Os europeus centro-orientais amam e respeitam verdadeiramente a *liberté*, também lutaram e morreram por ela. No entanto, gostariam de experimentar também um pouco de *égalité* e *fraternité*.■

GUIA DE LEITURAS

- Alexander J. (1995) *Fin de Siècle Social Theory. Relativism, Reduction and the Problem of Reason*, London, New York: Verso
- Berger P. (1997) Four Faces of Global Culture, *National Interest* no 49
- Bobbio N. (1987) *The Future of Democracy*, New York: Polity Press
- Flanagan, S. C. (1982) Changing Values in Advanced Industrial Societies. Inglehart's Silent Revolution from the Perspective of Japanese Findings, *Comparative Political Studies*. Vol. 14 no. 4
- Fuchs D., Klingemann H.D. (2000) Eastward Enlargement of the European Union and the Identity of Europe (manuscrito)
- Giddens A. (1990) *The Consequences of Modernity*, Stanford Ca: Stanford University Press
- Glinski P. (2004) How Active Are the Social Actors? Deficient Citizenship versus Day to Day Resourcefulness in Poland, *Polish Sociological Review* 4(148)
- Greenfield L., Chirot C. (1994) Nationalism and Aggression, *Theory and Society* 23(1): 79-130
- Huntington S. P. (1996) *The Clash of the Civilizations and the Remaking of the World Order*, New York: Simon and Schuster
- Huntington S. P. (1993) *The Third Wave of Democratization in the Late Twentieth century*, Norman: University of Oklahoma Press
- Inglehart R. (1990) *Culture Shift in Advanced Industrial Societies*, Princeton: Princeton University Press
- Inglehart R. (1997) *Modernization and Postmodernization. Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*, Princeton: Princeton University Press
- Janda K., Berry J., Goldman J. (1989) *Challenge to Democracy. Government in America*, New York: Houghton Mifflin.
- Kitschelt H. (1992) The Formation of Party Systems in East Central Europe. *Politics and Society*, Vol. 20, no 1, March
- Merton R. (1957) *Social Theory and Social Structure*, Glencoe, Ill: The Free Press
- Ozkirimli U. (2000) *Theories of Nationalism. A Critical Introduction* New York: St. Martin's Press
- Rupnik J. (2007) De l'antipolitique à la crise de la démocratie: que reste-t-il de l'héritage de la dissidence? in: M. Mac Donald Pajero, Ch. Lequesne (ed.) *La citoyenneté démocratique dans L'Europe des vingt-sept*, Paris: L'Harmattan
- Schoepflin (1993) Culture and Identity in Post-Communist Europe, in: S.White (ed.) *Developments in East European Politics*, Durham: Duke University Press
- Smith A. D. (2001) *Nationalism. Theory, Ideology, History*, Oxford: Polity Press
- Sztompka P. (1992) Dilemmas of the Great Transition, *Sisiphus* 2, VIII
- Sztompka P. (1996) Looking back: The Year 1989 as a Cultural and Civilizational Break. *Communist and Post-Communist Studies*, vol.29, no 2
- Touraine A. (1998) Les transformations sociales du XXe siècle. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, no 156
- Walzer M. (1994) *Thick and Thin*. Notre Dame, London: University of Notre Dame Press
- Welzel Ch., Inglehart I., Klingemann H.D. (2001) *Human Development as a General Theory of Social Change: A Multi-Level and Cross-Cultural Perspective* (manuscrito)
- Ziolkowski M. (2001) Changes of Interests and Values of Polish Society, in M. Buchowski, E. Conte, C. Nagengast (ed.) *Poland Beyond Communism. Transition in Critical Perspective*, Fribourg: University Press